

A FUNDAÇÃO DE MUNICÍPIOS NO PLANALTO DE SÃO PAULO EM UM CONTEXTO DE INTEGRAÇÃO ENTRE AMÉRICA PORTUGUESA E ESPANHOLA (SÉC. XVI-XVIII)

FERNANDO V. AGUIAR RIBEIRO¹

A proposta dessa comunicação é discutir uma nova relação de espacialidade nos séculos iniciais da colonização ibérica no Novo Mundo. A fundação de municípios no planalto de São Paulo, em um momento anterior à política de povoamento, defesa e desenvolvimento econômico promovido pelo Morgado de Mateus, correspondeu à uma lógica de equilíbrio entre as elites políticas locais (BELLOTTO, 2007).

Isto é, os oficiais das câmaras do planalto, a fim de preservar o equilíbrio entre os grupos políticos, estimulavam a criação de novas estruturas municipais com o interesse de evitar tensões na competição pelo controle das instituições.

Tal situação, evidenciada na capitania de São Vicente e, posteriormente, São Paulo, ocorreu até a restauração da capitania e a nomeação do governador Morgado de Mateus.

Nesse período, foram fundados municípios no planalto, notadamente São Paulo, Mogi das Cruzes, Santana de Parnaíba, Jacareí, Itu, Sorocaba, Jundiaí, Taubaté, Curitiba, Guaratinguetá e Pindamonhangaba (RIBEIRO, 2010:169).

Esse contexto de criação de uma noção de equilíbrio político e ausência de uma política central de povoamento e urbanização estimulou a circulação de pessoas e, conseqüentemente, de conhecimentos e práticas em toda a área do planalto.

Essa circulação, na área denominada sertões da capitania, criou uma espacialidade distinta, representada por uma intensa circulação de pessoas e uma integração que superaria a divisão política entre domínios castelhanos e portugueses na América.

A partir dessa nova espacialidade, propomos discutir como essa situação

¹ Doutorando e mestre em História Econômica pela Universidade de São Paulo. A presente pesquisa contou com o financiamento do CNPq e CAPES.

influenciou a criação de municípios, principalmente na interação entre as elites políticas locais de municípios portugueses e castelhanos na porção meridional do continente americano.

Contrariando uma historiografia assentada em bases de criação e justificativa de Estados nacionais, propomos que os sertões da capitania de São Paulo, principalmente a região do Guairá, representaram uma zona de circulação e integração das elites coloniais ibéricas.

A região do Guairá, localizada a leste do Paraguai e a oeste da capitania de São Vicente, no atual estado brasileiro do Paraná, foi, durante o período inicial da conquista americana, território pertencente a Castela.

Ramon Cardozo descreve que “la provincia del Guairá era una de las más pobladas de todas las tierras ocupadas por los guaraníes e, solamente en los alrededores de la Villa Rica del Espíritu Santo existían más de doscientos mil indios poblados así por ríos y montañas, como en los campos y piñales que corren hasta San Pablo” (1970:17).

A região destacou-se como área de intenso trânsito, pois permitia a ligação por terra entre a cidade de Asunción e o litoral atlântico, na altura da ilha de Santa Catarina. Sobre esse caminho, Cardozo destaca que “esta vía hacia el Atlántico por el Guairá, era geográficamente más curta, puesto que estaba más en línea recta que la otra de Asunción – Río de la Plata – Santa Catalina” (1970:41).

Para efetivar a posse desse território, os conquistadores castelhanos empreenderam a fundação de cidades na região, como Ciudad Real, Ontiveros e Villa Rica del Espíritu Santo, todas do século XVI.

Essa expansão da conquista castelhana, nos territórios indefinidos por conta da imprecisão da linha do Tratado de Tordesilhas, foi dificultada pelo fato de não se encontrar na região o ouro e a prata desejados. Isso levou a uma precoce decadência e a um isolamento político e econômico em relação a Asunción, a ponto de Cardozo descrever que “cuando en 1601 entraron en ellas los jesuitas, apenas tenían 50 y 100 habitantes europeos la Ciudad Real y la Villa Rica del Espíritu Santo, respectivamente” (1970:60).

A presença dos padres inacianos marcou a região, pois, por conta do

contingente demográfico indígena, permitiu a instalação de uma ampla rede de missões religiosas.

O habitantes das cidades guairenhas, por conta do isolamento econômico e geográfico, recrutavam os Guarani como força de trabalho para sua rudimentar economia. Como os jesuítas também desejavam os indígenas em suas missões, não tardou para esboçar-se um conflito.

Cardozo afirma que, tão logo os jesuítas chegaram a Villa Rica, por volta de 1610, “los encomenderos de esta ciudad pusieron obstáculos a la fundación de pueblos por los jesuitas por el temor de que los naturales se retirasen de las encomiendas para pasar con los doctrineros” (1970:85).

Apesar da oposição dos guairenhos,

la labor de los misioneros fue intensa; desplegaron una actividad asombrosa. Las reducciones prosperaban. Entonces sus actividades se dirigieron hacia el oriente del Guairá, siguiendo los cursos de los ríos Huybay, Pirapó y Tibaxiba que utilizaban para sus traslados en canoas hechas de troncos de cedro, madera abundante en aquellos bosques (CARDOZO, 1970:87).

Enquanto que as “reducciones de Loreto y San Ignacio contaban con vacas, ovejas, cabras y otros animales domésticos que se propagaban rápidamente” (CARDOZO, 1970:96), as cidades de Villa Rica e Ciudad Real careciam de tudo, pois “no tienen carne ni la han tenido de vaca ni ovejas ni cabras” (CARDOZO, 1970:96).

Em meio a esse cenário de tensão entre conquistadores e jesuítas, o paulista Pedro Vaz de Barros consegue escravizar, em 1611, quinhentos Guarani na região de Guairá (MONTEIRO, 2005:60-61). Anos antes, em 1607, “Manuel Preto, voltando de Villa Rica no Guayrá, ‘pacíficamente’ persuadiu um grupo a se deslocar para sua fazenda de Nossa Senhora do Ó” (MONTEIRO, 2005:62).

Logo, esse cenário de tensão propiciou ligações entre os paulistas e os guairenhos frente a um inimigo comum, representado pelos jesuítas. Cabe ressaltar que em São Paulo os padres inacianos combatiam e dificultavam as entradas ao sertão com intuito de escravizar indígenas.

Afonso Taunay relata que

a 22 de novembro de 1603 presente á sessão da Camara de S. Paulo, o capitão Pedro Vaz de Barros, compareceram perante os officiais, soldados hespanhoes, vindo de Villa Rica do Espirito Santo 'provinsia do paraguay' a saber: João Benites de la Cruz, procurador da villa, Pero Minho, Pero Gonzales e Sebastião de Peralta. Indagando-se-lhes o que vinham fazer responderam que seu major Dom Antonio de Andrasque (Añasco) solicitava dos paulistas 'socorro como cristãos e vassalos de sua majestade' (1924:I,219).

Esses espanhóis, de acordo com Taunay, “não eram senão traficantes de escravos, segundo elucida perfeitamente a acta de 1603, sem data, entre 23 de novembro e 24 de dezembro” (1924:I,219).

A câmara de São Paulo prestou auxílio a esses guairenhos e autorizou uma escolta de moradores e soldados paulistas que os levassem de regresso à sua cidade (TAUNAY, 1924:I,220).

Taunay destaca também, na mesma época do pedido de socorro dos vilariquenhos, “a exploração feita, Paraná e Tietê acima, por quatro hespanhoes que, partidos de Ciudad Real do Guayrá, haviam chegado a S. Paulo, passados alguns mezes” (1924:I,221).

Esses desejavam o estabelecimento de uma rota fixa ligando o Guairá a São Paulo. Não houve resposta da câmara, nem afirmativa nem negativa sobre o caso. Taunay, por sua vez, relata que, “acaso a permitissem as autoridades vicentinas, seria de grande vantagem para os guayrenhos esta intercomunicação. Eram muitos pobres e esperavam grande auxílio do Brasil” (1924:I,221).

Diante desse contexto, observamos práticas de cooperação entre paulistas e guairenhos na atividade de captura e escravização de indígenas. Ambos encontraram oposição dos jesuítas e chegaram a conflitos diretos com esses por conta do controle do contingente Guarani na região.

A destruição das missões jesuítica no Guairá pelos paulistas em 1628 não foi a única causa da decadência da região². Carlos Jensen define o Guairá como “región aislada dentro de una gobernación empobrecida” (2009:13), sendo sua história, “hasta fines del año 1609 de un contiguo batallar por su supervivencia” (JENSEN, 2009:13).

² Ao contrário da visão apresentada por Margarita Prieto Yegros. *Bandeiras paulistas en territorios coloniales hispánicos*. Asunción: Cuadernos Republicanos, 2000.

A bandeira paulista de Antonio Raposo Tavares, considerada por Taunay como “um ponto culminante da história do bandeirismo” (1924:II,69) é o evento fundamental para o destino do Guairá e das relações entre as populações dessa área e os paulistas.

Do ano “1628 a 1638, Antonio Raposo, a frente de um troço de mamelucos e índios, acomete o Guayrá e Tapes e leva de arrancada as reduções dos padres da Companhia de Jesus, ahí estabelecidas, mata ou captiva os neófitos indígenas, e conquista para o Brasil territorio imenso” (TAUNAY, 1924:II,70).

Chegaram no Guairá, segundo Taunay, “em princípios de 1629, pois assaltaram os paulistas da grande bandeira de Manuel Preto e Antonio Raposo Tavares, as reduções jesuíticas guayrenhas e as arrasaram allí fazendo enorme quantidade de captivos que arrastaram a São Paulo” (1924:II,77).

Os paulistas em terras paraguaias iriam encontrar uma situação semelhante a de São Paulo. Colonos paraguaios em constante tensão com jesuítas por conta do controle dos indígenas que eram usados como mão de obra na rudimentar economia do Guairá.

A esse respeito, Carlos Jensen aponta que

será justamente la lucha entre los vecinos encomenderos y los padres jesuitas lo que marcará la región. Por un lado los encomenderos interesados en beneficiarse del trabajo de los indígenas como compensación de sus esfuerzos y servicios a la corona, y por otro los padres jesuitas con el padre Antonio Ruiz de Montoya a la cabeza, quien según sus propias palabras dijo: ‘Que mi intento sea que los indios no sirvan personalmente, confíésolo, porque en esto mismo al bien común de indios y españoles (2009:15).

Assim, não cabe a afirmação de que os paulistas foram os únicos responsáveis pela destruição das missões jesuíticas do Guairá. Operaram conjuntamente com os *encomenderos* da região que, além de desejarem os índios reduzidos como força de trabalho, viam na ação evangelizadora dos jesuítas um impedimento a sua prosperidade.

Por conta dessa questão, Jensen afirma que “el Guairá no fue destruido por las banderas de Raposo Tavares, sino que el inicio de su decadencia como provincia

española se halla más lejano en el tiempo” (JENSEN, 2009:17).

A decadência do Guairá foi, segundo Carlos Jensen, fruto dos constantes embates entre *encomenderos* e jesuítas, sendo a bandeira de 1628 o golpe fatal em uma estrutura já comprometida por conta das disputas. Tanto que descreve que “el periodo que va de desde la fundación de las primeras reducciones en 1609 hasta el 1622 va a ser de un constante tironeo entre los padres jesuitas y los vecinos por el suyo de la mano de obra indígena” (JENSEN, 2009:41).

O ano de 1622 corresponde ao início do acirramento das tensões no Guairá. É autorizado pelo governador do Paraguai, Manuel de Frías, o estabelecimento de novas reduções jesuíticas na região. De acordo com Jensen,

este será el inicio de un conjunto de Reducciones que fueron avanzando sobre la jurisdicción de Villa Rica, y se nutrirían de indios encomendados a vecinos de esta y de Ciudad Real, estrangulando la economía del Guairá. En 1622 surge la Reducción de San Francisco Javier, en 1625 la reducción de San José y la Reducción de Encarnación, en 1626 la Reducción de San Pablo y la Reducción de San Miguel, en 1627 la Reducción de los Arcángeles, la Reducción de Concepción y la Reducción de San Antonio (2009:43).

Essas novas reduções foram abastecidas de índios encomendados, ou seja, utilizados pelos vizinhos do Guairá como força de trabalho, além de índios resgatados de São Paulo (JENSEN, 2009:43).

A decadência econômica da região, tanto por falta de mão de obra, como por competição da produção das missões jesuíticas, levou os moradores do Guairá a buscar alternativas à pobreza. Jensen aponta que

eliminada la opción de un puerto español sobre el Atlántico, la única salida que tenían los vecinos del Guairá era abrir camino hacia San Pablo, porque el puerto de Buenos Aires estaba situado a trasmano. Justamente a fin de paliar el problema económico, en el año 1604, el General Don Antonio de Añasco mandaba a cuatro vecinos de Villa Rica a descubrir el camino a San Pablo, el cual un vez descubierto fue aprovechado por los vecinos para establecer relaciones económicas. Un año después partía Francisco Benítez, con vino, cachaza y otros productos de la tierra para comercializar en San Pablo, aparte iba a contraer matrimonio con una hija del Capitán Joseph Camargo, vecino de San Pablo. Dicho casamiento había sido concertado el año anterior

entre el capitán Alonso Benítez, ahora Teniente de Gobernador, y Joseph Camargo (2009:53).

A passagem acima explicita a integração entre as elites locais paulista e guairenha, bem como os constantes contatos, tanto comerciais como matrimoniais.

Em 1622 o comércio entre o Paraguai e a porção meridional do Brasil foi formalmente proibido. Tal medida acelerou a decadência econômica do Guairá e acirrou a tensão com os jesuítas. Segundo Jensen, “es más que evidente que la prohibición de comerciar con Brasil perjudicó a los vecinos del Guairá, que se vieron obligados a depender de Buenos Aires para la salida de sus productos” (2009:59).

Em 1628 o governador do Paraguai, Céspedes Xeria chega ao Guairá após seguir o caminho terrestre desde São Vicente, na costa do Brasil. Assim,

no tardaron mucho los vecinos de Ciudad Real para presentar una serie de peticiones al Gobernador recién llegado, es así que el 26 de septiembre de 1628 el procurador de Ciudad Real, capitán Juan de Alvear y Zúñiga, presenta una relación de todas las cosas que son necesarias a la ciudad a fin de evitar, si el gobernador no lo remedia, la ruina de la misma (JENSEN, 2009:89-90).

Os problemas apresentados ao governador não se resumiam aos embates com os jesuítas, mas também a necessidade da legalização de “un nuevo camino para comunicarse con las reducciones del Paraná abajo y desde allí con las ciudades sin pasar por Asunción” (JENSEN, 2009:93).

O governador Céspedes Xeria não altera o panorama da região, mantendo o conflito entre jesuítas e guairenhos sem solução. Em relação aos caminhos, não autoriza sua legalização, mas mantém os mesmos informalmente abertos. De acordo com Jensen, o governador “manda a hacer un padrón de los extranjeros que estaban en Maracayú y en el Guairá y que habían entrado por la vía de San Pablo a fin de remitirlos según establecía la Cédula Real a la casa de Contratación de Sevilla” (2009:172).

Na interpretação de Carlos Jensen, por nenhum paulista que teria entrado no Guairá pelo caminho terrestre ter sido punido, a medida acima “tenía por efecto prevenir cualquier acusación de connivencia con los portugueses que le pudieron

hacer sus enemigos” (2009:172).

A destruição das missões jesuíticas no Guairá, por “una de las más grandes banderas de la historia del Brasil, con 900 soldados y más de tres mil tupíes” (JENSEN, 2009:185) foi facilitada pela divisão dos guairenhos e jesuítas, o que impossibilitou uma defesa eficaz.

Jensen aponta que “años de disputas y confrontación por la posesión del indígena hacía imposible presentar una defensa en conjunto contra la terrible amenaza que se cernía sobre la Provincia” (2009:186).

Nesse contexto de divisão no Guairá não seria surpreendente se os paulistas encontrassem aliados na destruição das missões jesuíticas e na apreensão de indígenas. Carlos Jensen, inclusive, destaca que

ante la aparente pasividad de los Villenos en la defensa de las reducciones de los Jesuitas, uno de estos, el Padre Pablo de Benavides presenta al Cabildo una carta del Padre Antonio Ruiz de Montoya donde acusa de complicidad con los portugueses a los Villenos y al Gobernador Céspedes Xeria (2009:209).

Essa acusação de cumplicidade é corroborada pelas relações econômicas e pessoais, pois Alonso Benítez, morador de Villa Rica,

como gobernante, fue un impulsador de las relaciones y comunicaciones con la Villa de San Pablo, comunicaciones que habían abierto Don Antonio de Añasco siendo Teniente de Gobernador en 1604 aproximadamente. Al año siguiente siendo, ya como Teniente de Gobernador, mandaba a su hijo Francisco de Benítez a cumplir el pacto de casamiento que había pactado con la hija de Joseph Camargo, vecino de San Pablo. A la vuelta Francisco Benítez había traído en su compañía tres portugueses que se asentaron en la Villa Rica (JENSEN, 2009:345-6).

Após a destruição das reduções jesuíticas pelos paulistas e diante da definitiva decadência do Guairá, várias famílias migraram para São Paulo. Jensen descreve que Antonio Gonzáles do Rego, um dos fundadores de Concepción del Bermejo e de San Juan de Vera, “con la llegada de los portugueses a Santiago de Xerez se pasó al bando de estos, sirviendo como guía de los mismos en el saqueo del Itatín, para posteriormente escapar junto con los bandeirantes a San Pablo” (2009:408).

Antonio Gonzáles do Rego “estuvo casado con doña María de Zúñiga, a la cual embarcó rumbo a San Pablo junto con su casa y servicio en compañía de sus cunados Gabriel Ponce de León y Sebastián de Peralta. Estos estaban casados con las hermanas de doña María de Zúñiga” (JENSEN, 2009:480 e FRANCO, 1989:250-1).

Após a morte de Gonzáles do Rego, “María de Zúñiga casó con Baltazar Fernández, hermano del famoso corsario de los sertones André Fernández. De este matrimonio nació María de Torales. Esta casó con Gabriel Ponce de León” (JENSEN, 2009:380).

A interpretação de que o Guairá correspondia a uma região de integração entre o Paraguai e a capitania de São Vicente é corroborada pela migração dos vizinhos da região a São Paulo após o conflito com os jesuítas. Inclusive o apoio dado aos bandeirantes demonstra que a relação das elites locais guairenhas estava mais ligada aos paulistas do que aos padres inacianos.

Sobre essa questão, Carlos Jensen conclui que “estos Guaireños radicados en San Pablo eran miembros de tres familias de Ciudad Real, los Orrego y Mendoza, los Torales y los Contreras, quienes transmitieron apellidos maternos como ser Zúñiga, Ponce de León, Guzmán y Espinosa” (2009:381).

O Guairá atuou, desde seus primórdios no século XVI até sua destruição e êxodo em meados do XVII, como uma zona de trânsito entre o Paraguai e São Paulo. Uma região fluida, marcada pela integração das elites locais através do estabelecimento de contratos matrimônios e interesses comuns. Tal panorama afasta, portanto, a interpretação de dois impérios ibéricos com fronteiras americanas definidas e consolidadas e do isolamento das empresas de conquista e colonização no Novo Mundo nos primeiros séculos.

Referências Bibliográficas

BELLOTTO, Heloisa L. *Autoridade e conflito no Brasil colonial; o governo do Morgado de Mateus (1765-1775)*. São Paulo: Alameda, 2007, [1ª edição, 1976].

CARDOZO, Ramón I. *El Guaira, historia de la antigua provincia, 1554-1676*. Asunción: El Arte, 1970, [1ª edição, 1938].

FRANCO, Francisco de Assis Carvalho. *Dicionário de bandeirantes e sertanistas do Brasil*. São Paulo; Belo Horizonte: Edusp; Itatiaia, 1989, [1ª edição, 1954].

JENSEN, Carlos Ernesto Romero. *El Guairá: caída y exódo*. Asunción: Academia Paraguaya de la Historia; FONDEC, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. *Negros da terra. Índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, [1ª edição, 1994].

RIBEIRO, Fernando V. Aguiar. *Poder local e patrimonialismo: A Câmara municipal e a concessão de terras urbanas na vila de São Paulo (1560-1765)*. São Paulo. Dissertação de mestrado (História Econômica). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2010.

TAUNAY, Afonso. *História geral das bandeiras paulistas*. São Paulo: Typ. Ideal e H. L. Canton, 1924, v. I e II.

YEGROS, Margarita Prieto. *Bandeiras paulistas en territorios coloniales hispánicos*. Asunción: Cuadernos Republicanos, 2000.